

CAMPO AMBIENTAL MIDIATIZADO: A VIGILÂNCIA COLABORATIVA DA AMAZÔNIA

*CAMPO AMBIENTAL MEDIATIZADO: LA
VIGILANCIA DE
COLABORACIÓN DE LA AMAZONÍA*

*ENVIRONMENTAL FIELD MEDIATIZED: THE
COLLABORATIVE
SURVEILLANCE OF THE AMAZON*

Recebido em: 26 set. 2015

Aceito em: 02 abr. 2016

Viviane Borelli: Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria-RS, Brasil)
Professora do PPGCO da UFSM. Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Realiza estágio pós-doutoral (como bolsista da Capes) na área de Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Contato: borelliviviane@gmail.com

Vinícius Flôres: Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria-RS, Brasil)
Mestrando (bolsista da Capes) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Formado em Jornalismo pelo Centro Univeristário Univates.
Contato: vinidsf@gmail.com

RESUMO

A manifestação do complexo processo de mediação potencializou-se nas últimas décadas. Nesse cenário, os campos sociais se apropriaram de mecanismos discursivos do campo midiático, o que possibilitou a emergência de um espaço para a reflexão, vigilância e monitoramento de questões globais como os problemas ambientais. O objetivo desse artigo é mostrar como ocorrem imbricações entre os campos midiático e ambiental a partir da intensificação do processo de mediação através do qual distintos cidadãos constroem o InfoAmazonia, banco de dados sobre as problemáticas da Amazônia. Para tanto, o trabalho se assenta metodologicamente na perspectiva da análise semiológica para identificar o contrato de leitura (VERÓN, 2004) construído pela plataforma. A investigação aponta que este enunciador se caracteriza pela legitimação de um sujeito protagonista, cogestor na vigilância colaborativa da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVES: Mediação; campo ambiental; contrato de leitura.

RESUMEN

La manifestación del complejo proceso de mediación se intensifica en las últimas décadas. En este escenario, los mecanismos discursivos del campo de los medios son apropiados por los campos sociales, lo que permitió el surgimiento de un espacio de reflexión, vigilancia y rastreo de temas globales como los problemas ambientales. Lo objetivo deste artículo es mostrar cómo se producen solapamientos entre los campos mediático e ambiental gracias a intensificación del proceso de mediación, además analizar y describir el contrato de lectura que emerge del proceso de construcción de InfoAmazonia, base de datos sobre los problemas de la Amazonía. Por lo tanto, el trabajo se basa metodológicamente en la perspectiva semiológica para identificar el contrato de lectura (VERÓN, 2004) de la plataforma. La investigación muestra que este enunciador se caracteriza por la legitimación de un actor protagonista, cogestor en la vigilancia de colaboración de la Amazonia.

PALABRAS-CHAVES: Mediación; campo ambiental; contrato de lectura.

ABSTRACT

The manifestation of the complex process of mediation is leveraged in recent decades. Under this scenario, the social fields appropriated discursive mechanisms of the media field, which allowed the emergence of a space for reflection, surveillance and monitoring of global issues such as environmental problems. This research aims to show how they occur overlaps between the media and environmental fields with the intensification of mediation, besides analyze and describe the reading agreement emerging from the construction process of InfoAmazonia, a database about the problems of the Amazon. Therefore, the work is methodologically based on semiological perspective to identify the platform reading contract (VERÓN, 2004). Research shows that this annunciator is characterized by the legitimation of a subject protagonist, who helps oversee the collaborative surveillance of the Amazon.

KEYWORDS: Mediatization; environmental field; reading agreement.

NOTAS INICIAIS

A proliferação de dispositivos técnicos e a hibridização de suas especificidades nas últimas três décadas potencializaram a manifestação do complexo processo de midiatização da sociedade. Nesse cenário, os campos sociais¹ se apropriaram de mecanismos discursivos do campo midiático, o que possibilitou a emergência de um espaço para a reflexão, vigilância e monitoramento sobre sujeitos e suas formas organizativas, como em questões relativas a problemas ambientais.

Originada de movimentos contestadores dos anos 1960, a temática ambiental desponta dentro de uma perspectiva global de democratização das sociedades aliada ao redescobrimento da prática política e a ressignificação de pautas por meio de diferentes manifestações nos espaços públicos. De um panorama marginalizado para uma perspectiva midiatizada, o campo ambiental sofre afetações e tensionamentos com o processo de midiatização e se apropria de lógicas, contratos e estratégias tipicamente midiáticas para se ver pautado em sociedade.

Desse campo ambiental midiatizado despontam iniciativas como o InfoAmazonia², banco de dados colaborativo sobre as problemáticas da floresta amazônica, alimentado por um coletivo que inclui desde cidadãos a instituições, o que problematiza a especialização dos campos sociais e a complexidade do processo de circulação de informações sobre ambiente. O projeto foi lançado em 2012, dias antes da conferência Rio+20, pelo jornalista Gustavo Faleiros da ONG *Associação O Eco*, em parceria com a *Internews*, ONG internacional que visa a capacitação de profissionais de mídias e moradores para a produção local e independente sobre questões sociais. Conta ainda com o apoio do *International Center for Journalists*, ONG que habilita cidadãos e jornalistas ao redor do mundo, e o *Climate and Development Knowledge Network*, entidade que busca auxiliar nas decisões para o desenvolvimento dos países compatibilizando com o ambiente.

Como marco teórico, essa investigação baseia-se nos estudos sobre midiatização (VERÓN, 1997; FAUSTO NETO, 2006). Paralelamente, perpassa pela compreensão da dinâmica dos campos sociais (RODRIGUES, 1999), mais especificamente do campo ambiental (COLOMBO, 2010; FLÔRES & MAZZARINO, 2015). O objetivo³ principal é mostrar como ocorrem imbricações entre os campos midiático e ambiental a partir da intensificação do processo de midiatização, além de analisar e descrever o contrato de leitura (BOUTAUD & VERÓN, 2007; FAUSTO NETO, 2007; VERÓN, 2004) construído pelos cidadãos que atuam nas enunciações acerca das problemáticas da Amazônia e que resultam na construção coletiva do *InfoAmazonia*.

CAMPO AMBIENTAL: DESLOCAMENTO DA MARGINALIZAÇÃO

A passagem para a modernidade desencadeou distintos processos, dentre os quais se destaca o desmembramento do domínio da religião na sociedade por meio da secularização. Concomitante ao afastamento desse quadro homogeneizador religioso, no fim da Idade Média surgem as primeiras universidades, inicialmente na Itália e posteriormente na França.

¹ A fragmentação inerente da modernidade origina “um processo de progressiva autonomização dos diferentes campos sociais” (RODRIGUES, 1999: 16), os quais são providos de regras e características próprias, caracterizados ainda pela porosidade nas relações entre os pares na sociedade.

² Site: www.infoamazonia.org

³ O artigo resulta de reflexões realizadas nas disciplinas Teorias da Comunicação e Estratégias Semiológicas dos Discursos Midiáticos, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, e que fazem parte da dissertação em construção, com o título provisório *Midiatização Amazônica: a construção discursiva do InfoAmazonia*.

Com isso estabeleceu-se um dos marcos da transição para a especificidade do saber.

Esse ideário, como problematiza Rodrigues (1999: 10-15), provoca a bifurcação da experiência em duas modalidades: a tradicional e a moderna. A primeira é baseada na relação aprendiz e mestre, transmitida a partir do testemunho de uma sabedoria naturalizada. Já a adjacente diz respeito ao rompimento dessa tradição com a adoção de um olhar cético aos fenômenos, o que proporciona o aparecimento da figura do especialista, dotado de um saber disciplinar específico.

A fragmentação inerente da sociedade moderna origina “um processo de progressiva autonomização dos diferentes campos sociais, correspondendo cada um a um dos domínios autônomos da experiência intersubjetiva” (RODRIGUES, 1999: 16). A constituição desses espaços, de acordo com o autor, se dá pela capacidade de criar, impor e manter legitimamente regras de um específico domínio da experiência, com o devido reconhecimento do conjunto da sociedade.

No caso particular do campo midiático, a sua natureza está intrinsecamente ligada ao desempenho das funções de regulação dos modos relacionais entre campos sociais. Conforme Rodrigues (1999: 25), sua autonomização só é possibilitada graças ao paradigma cibernético que desponta, por sua vez, da autonomização do campo científico. Dessa forma, é incumbido pela gestão dos dispositivos de realidade ou mesmo pela própria experiência do mundo moderno ao assegurar que essa percepção extrapole as fronteiras que demarcam o mundo presencial.

Sobre a estruturação dos campos sociais, sublinha-se, com base nas proposições de Rodrigues (1999) que estes não se configuram enquanto espaços limítrofes; pelo contrário, se caracterizam pela porosidade com a qual se imbricam com técnicas, discursos ou elementos de campos distintos para formalizarem sua essência. Esse é o caso do campo ambiental, que originado de movimentos contestadores que entoaram gritos entre os anos 1960 e 1970, em um mundo polarizado pela Guerra Fria, desponta dentro de uma perspectiva global de democratização das sociedades aliada ao redescobrimiento da prática política e a ressignificação de pautas por meio de diferentes manifestações nos espaços públicos.

Nessa fase preliminar, observa-se um campo ambiental caracterizado pela contracultura, comumente marginalizado, sendo vinculado quase que exclusivamente às comunidades alternativas e aos movimentos de transformação. Essa dinâmica fomenta uma luta contra o capitalismo por ser um modelo econômico produtor de desigualdades, empobrecedor de sociabilidades ao enaltecer o benefício pessoal em detrimento do coletivo e destruidor dos recursos naturais para suprir a exigência insustentável de produção e consumo, visão sustentada pelo pensamento crítico (SANTOS, 2003: 12-25). Com isso, a insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz a uma defesa da existência de uma multiplicidade infinita de reivindicações (CANCLINI, 2006: 37), dentre as quais se destaca aquela que concerne aos problemas ambientais.

O processo de desconstrução da perspectiva marginalizada do campo ambiental ocorre quando, a partir da chancela do campo científico com alertas sobre a aceleração das transformações do planeta provocada pelo ser humano, os campos político, financeiro e midiático adotam

definitivamente essa pauta, tendo como referência as grandes conferências internacionais (FLÔRES & MAZZARINO, 2015). Dessa forma, embora os movimentos sociais encampassem lutas em prol do ambiente, somente com o aval dessas esferas hegemônicas, detentoras de um saber específico, que os temas ambientais começam a circular com maior intensidade no debate público.

Oficialmente, a discussão sobre ambiente tem pouco mais de quatro décadas. O primeiro alerta foi dado em 1968 na *Conferência da Biosfera*, organizada pela Unesco em Paris, na França. O evento fomentou o debate sobre a relação do homem com os ecossistemas, além de avaliar os impactos do desenvolvimento econômico no planeta e apontar para a importância de uma educação ambiental. Contudo, em termos de relevância para o campo ambiental, somente em 1972 que se teve uma articulação significativa, ano da *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano* em Estocolmo, na Suécia.

Nesse evento, há uma mudança de consciência sobre a temática ambiental. Ela ocorre, sobretudo, no reconhecimento das nações sobre a legitimidade da exigência de uma melhor qualidade do ambiente por parte da sociedade civil. Em outras palavras, mesmo que os movimentos de contracultura já reivindicassem essas proposições, somente com a chancela hegemônica em uma conferência ambiental que o mundo começa a se voltar para o tema. Como resultado, foi criada uma declaração de 26 princípios comuns entre os povos com intuito de oferecer um horizonte a ser seguido pelos países.

Mais de uma década depois, em 1983, a ONU criou a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Em 1987, o grupo apresentou o relatório *Nosso Futuro Comum* da *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no qual introduziu pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável que, em 1992, foi aderido na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no Rio de Janeiro. O evento teve como legado o pacto com metas a serem seguidas pelos países, materializadas sobretudo nos documentos Agenda 21 e Declaração do Rio.

Em 2002, a África do Sul recebeu a Convenção Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. O intuito era fazer um balanço dos compromissos traçados dez anos antes. No entanto, os atentados terroristas nos Estados Unidos ofuscaram a discussão. A esperança ficou para o quarto grande evento ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que aconteceu em junho de 2012, novamente no Rio de Janeiro. Um dos tópicos principais desta conferência foi a Economia Verde, oriunda da gênese do conceito de desenvolvimento sustentável (FLÔRES & MAZZARINO, 2015).

Como visto, a articulação e mobilização de diferentes campos sociais alteraram o olhar sobre a causa. Dada a transversalidade e eminente propagação das temáticas ambientais, faz-se necessário aderir um pensamento local sem se desprender da escala macrogeográfica. Os problemas ecológicos destacam a recente e acelerada interdependência dos campos, além de mostrar a complexidade do vínculo entre a atividade pessoal e os problemas inerentes do planeta (GIDDENS, 2002: 204). Dessa forma, os movimentos ambientais apropriam o exercício da cidadania em

um mundo globalizado, manifestando em uma forma de solidariedade política transnacional uma visão integrada das cidades (CANCLINI, 2006: 49).

Nesse cenário de divulgação de estudos e discussões de nível global, o conhecimento é cada vez mais um forte elemento de distinção e desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, Leff (2001) aponta que, contra os vigentes valores restritamente econômicos, é preciso também ser propositivo na busca do desenvolvimento de um saber ambiental. A tecnologia aparece como uma facilitadora na difusão de informações ao democratizar temas que antes só eram delegados aos seletos grupos de especialistas. Para o autor, o campo ambiental não deve ter a pretensão de um retrocesso, mas buscar a articulação de um futuro diferente sem apelar para uma recusa à ciência, fundindo saberes tradicionais com conhecimentos modernos.

CAMPO AMBIENTAL: AFETAÇÕES DO PROCESSO DE MIDIATIZAÇÃO

Os campos sociais se apropriaram de mecanismos discursivos do campo midiático, o que possibilitou uma nova legitimação no sistema social global dentro de um espaço para reflexão sobre sujeitos e suas formas organizativas (RODRIGUES, 1994), especialmente no que concerne aos problemas ambientais. O próprio Greenpeace, suprasumo entre as organizações não governamentais de ambiente, nasce em 1971 inserido nesse panorama transnacional inerente dos problemas ecológicos com a utilização de lógicas, técnicas e estratégias tipicamente midiáticas para comunicarem suas intervenções e reivindicações.

Historicamente, no campo midiático a primeira entidade especializada em jornalismo ambiental surge em 1968, na *Conferência sobre Biosfera*, mencionada anteriormente. Nos anos 1970, o jornalista Randau Marques se destaca ao denunciar a problemática dos agrotóxicos no Brasil, sendo inclusive preso por uma de suas denúncias. No Rio Grande do Sul, cobriu uma das primeiras polêmicas ambientais com a fábrica de celulose Borregaard, indústria mais conhecida como Riocell. Contudo, assim como no exterior, somente nos anos 1980 que a temática ambiental vem a ganhar força na agenda pública brasileira e na imprensa nacional com a descoberta do buraco na camada de ozônio e a discussão sobre as implicações na natureza (COLOMBO, 2010).

Complexa, a temática ambiental exige profundidade tendo em vista que muitos dos danos ao ambiente ocorrem lentamente aos olhos humanos (FROME, 2008: 162), embora não seja essa a abordagem vista no jornalismo de modo geral (BELMONTE, 2004: 18; TAUTZ, 2004: 170-171). Em outras palavras, se de um lado temos uma problemática que exige um olhar mais minucioso, por outro a própria lógica do jornalismo diário não dá conta dessa demanda ao apelar para abordagens que menos elucidam e mais aterrorizam. Além disso, é preciso relativizar a informação recebida pelos grandes meios, já que as empresas jornalísticas tendem a direcionar apenas para aspectos que lhes são caros (SCHARF, 2004: 71).

A preferência por abordagens passionais pela grande mídia empobrece a possibilidade de transformação da sociedade. Contudo, a neutralidade no tratamento dos problemas ecológicos é utopia (FONSECA, 2004:

137; GERAQUE, 2004: 100; BELMONTE, 2004: 35). Em um cenário de dependência do campo midiático para o campo econômico, uma aposta seriam canais comunitários na visão de Tautz (2004). No entanto, ele afirma que a maioria destes não possui o uso adequado, sem uma gestão profissional ou mesmo estímulo para a sociedade se manifestar. Por outro lado, iniciativas colaborativas como *InfoAmazonia*, que se utilizam de mecanismos técnicos com acesso facilitado, complexificam essa abordagem estritamente jornalística por se constituir como um espaço que vai além dos preceitos do jornalismo. Ademais, traz alento em um cenário tão desolador.

Concomitante à crescente problematização das questões ambientais, sucede a passagem de uma sociedade dos meios para uma sociedade em vias de midiática. Na fase inicial, tendo como base preliminar a estruturação das imprensas na Europa e nos Estados Unidos em meio à Industrialização, destaca-se o papel de mero mediador das mídias ao compartilhar a responsabilidade pela produção de inteligibilidades com outras instâncias. Assim, a ênfase dos meios estaria limitada à mediação dos campos sociais.

A passagem dessa roupagem instrumental ao complexo atravessamento midiático decorre justamente no reconhecimento da processualidade desse fenômeno por meio de determinados mecanismos do seu próprio funcionamento (FAUSTO NETO, 2006). Dessa forma, há um afastamento de uma proposta funcionalista que considera os meios como coadjuvantes na dinâmica social (sociedade midiática) para o reconhecimento de imbricações de lógicas, práticas e operações comunicacionais que afetam mutuamente sistemáticas de esferas distintas (sociedade midiaticizada).

Embora a aceção desse fenômeno pressuponha a tecnologia, esta não determina todo o processo. Nesse sentido, a cultura é indissociável do tecnológico, embora se reconheça que a proliferação de recentes aparelhos técnicos e a hibridização de suas especificidades nas últimas três décadas potencializaram a manifestação do processo de midiaticização. Assim, esse processo vai além da visão instrumental de uma profusão generalizada de dispositivos tecnológicos ao sublinhar que também é uma prática social, traduzida pelas mútuas afetações de ordem não-linear entre instituições, mídias e indivíduos (VERÓN, 1997: 7) que emergem um novo cenário sócio-técnico discursivo (FAUSTO NETO, 2010: 6).

Filho do positivismo do século XIX, o funcionalismo da sociedade midiática desponta no século XX caracterizado pelo “privilégio da função sobre a estrutura [...] em [...] que a questão de saber “para que serve” é uma questão primordial” (VERÓN, 2004: 76-77). Nessa perspectiva, meio e resultado são “contaminados” mutuamente em sua identificação, o que limita o estudo em comunicação para a dicotomia causa e efeito. Com o avanço dos estudos na área da comunicação, o sujeito falante deixa de ser o foco nos estudos sobre produção discursiva para ser reconhecido como um ponto de passagem na circulação do sentido. Nesse cenário, os polos da produção e do reconhecimento permeiam a discursividade social. Esses processos complexos se vinculam com a evolução da problemática da semiologia.

Para Verón (2004: 83), a semiologia se organiza em três momentos históricos: a primeira, nos anos 1960, se enclausura no corpus de análise;

a segunda, dos anos 1970, se desloca para enfatizar a produção de sentido; e a terceira, nos anos 1980, agrega na sua conceituação uma teoria do reconhecimento ou teoria dos efeitos de sentido, com a preocupação em abordar aspectos referentes à recepção (BOUTAUD & VERÓN, 2007: 4).

Para a análise semiológica, a leitura é uma construção de discurso entre enunciador e destinatário. Todo suporte midiático contém seu dispositivo de enunciação, denominado por Verón (2004) como “contrato de leitura”. O sucesso deste está estritamente vinculado à capacidade de articulação do enunciador e, conseqüentemente, ao sucesso do suporte, já que ele é responsável pela criação de vínculo com o receptor (VERÓN, 2004: 216). Em outras palavras, contratos de leitura se constituem por “regras, estratégias e ‘políticas’ de sentidos que organizam os modos de vinculação entre as ofertas e a recepção dos discursos midiáticos e que se formalizam nas práticas textuais, como instâncias que constituem o ponto de vínculo entre produtores e usuários” (FAUSTO NETO, 2007: 10).

O contrato de leitura é construído pela relação de escolhas feitas pelo enunciador tendo em vista a construção da imagem de um destinatário. Essa perspectiva, diferente do que foi visto na proposta funcionalista, não atribui um efeito de sentido automático, já que todo discurso produz um campo possíveis de efeitos, como conceitua Verón (2004). Dessa forma, a midiáticação acelerada nas sociedades, de modo transversal e ao mesmo tempo relacional, desencadeia “funcionamentos significantes cada vez mais complexos” (VERÓN, 2004: 85). O multifacetado contexto sócio-técnico discursivo se modifica, acentuando a interdiscursiva simbiose entre sujeitos, tecnologias e instituições na produção social de sentido.

A instância das linguagens se constitui nesse cenário como “formas pelas quais os processos de midiáticação realizam, dentre tantas coisas, as operações de inteligibilidade das realidades” (FAUSTO NETO, 2006: 10). Portanto, essa processualidade se materializa no discurso, por meio de operacionalidades, alterando lógicas de operação e estratégias enunciativas. Na prática jornalística, observa-se uma diminuição de abordagens heterorreferenciais e um crescente deslocamento para uma auto-referencialidade discursiva.

Com base nisso, Fausto Neto (2007: 15-20) observa na mídia três estratégias de produção que permeiam novos contratos de leitura. A primeira diz respeito a uma estratégia de consagração e celebração da performance jornalística. A segunda, enfoca o sujeito enunciador, mais especificamente o jornalista, deslocando o leitor para a própria descrição da produção noticiosa. Por fim, a terceira lembra as disputas entre sistemas de produção em que o veículo produtor, na tentativa de legitimar seus contratos, enaltece a singularidade do percurso de captação das informações perante os demais veículos.

Essa ambiência incide diretamente na instituição de um novo tipo de real, vinculado aos mecanismos de produção de sentido. Dessa forma, as realidades são afetadas na esfera da circulação da informação, o que acarreta a emergência de novas formas interacionais não previstas em estudos anteriores da sociedade midiática (FAUSTO, 2006: 3-4). A recente evolução tecnológica provoca uma descentralização do polo emissor, antes restrito aos grandes conglomerados de comunicação. Dessa forma, a criação de conteúdos de forma aberta sobre temáticas fundamentais como as

ambientais é possibilitada nesse cenário, operacionalidade que desmantela os filtros e portões das mídias tradicionais (FLÔRES & BORELLI, 2015: 10).

Dito de outra maneira, as mídias digitais problematizam as “zonas de contatos” (FAUSTO NETO, 2010) entre produtores e receptores⁴. Contudo, há uma distinção na noção semântica entre jornalismo cidadão e jornalismo digital tendo em vista as diferentes formas de interação. No jornalismo digital, o contrato tem por finalidade “objetivos estratégico-metodológicos”. Já no jornalismo cidadão, é apresentado como um porta-voz de um determinado serviço em vias de formalizar denúncias e resolver conflitos por meio daquele espaço. Em ambos os casos há uma reformulação na concepção da audiência, deslocando a abordagem distante da audiência para busca de um “sujeito protagonista” (FAUSTO NETO, 2007: 19).

Nesse contexto, o receptor torna-se um cogestor do processo discursivo midiático. É o caso do banco de dados *InfoAmazonia*, em que observam-se essas mesmas nuances constatadas na definição do jornalismo cidadão. Por outro lado, novamente, interpelar analiticamente esse objeto pelo olhar exclusivo do jornalismo não seria suficiente dada a complexidade desse ambiente. Assim, embora dialogue frequentemente com narrativas jornalísticas, como veremos a seguir, muitas vezes a natureza estanque das informações geolocalizadas sobre a floresta amazônica não encontra espaço no ineditismo espetacularizado da mídia hegemônica. Portanto, a abordagem pelo viés da midiatização se mostra mais pertinente para compreensão desse fenômeno por corresponder às diversas manifestações sócio-teco-comunicacionais de vigilância discursiva da Amazônia, oriundas tanto por conta desse processo quanto pela ineficácia dos Estados e dos modelos midiáticos tradicionais em retratar essas problemáticas emergentes.

INFOAMAZONIA: COGESTÃO, CONTRATO DE LEITURA E VIGILÂNCIA COLABORATIVA

Para além do simples acúmulo de informações que o nome “banco de dados” possa nos remeter, o *InfoAmazonia* reúne em um espaço para mapas, gráficos e notícias atualizadas referentes aos nove países da Amazônia, região no mundo estrategicamente relevante pela biodiversidade e recursos naturais existentes. Em outras palavras, o material bruto é transformado e georreferenciado em narrativas multimídias, algumas em forma de infográficos interativos. Além do banco de dados, atualmente conta com um blog no portal UOL⁵, estendendo os monitoramentos da plataforma em análises semanais.

O *InfoAmazonia* é alimentado por um coletivo transnacional, alicerçado por cidadãos, jornalistas e instituições. Atualmente, conta com as seguintes organizações na produção de conteúdo: *Actualidad Ambiental*⁶, *Agência Pública*⁷, *Amazônia Real*⁸; *Andes Agua Amazonia*⁹, *Ciência Hoje*¹⁰, *Finding Species*¹¹, *Global Voices*¹², *Marcadas para Morrer*¹³, *Mongabay*¹⁴, *O Eco*¹⁵, *Repórter Brasil*¹⁶ e colaboradores espontâneos (cidadãos ou jornalistas). Essas entidades possuem sedes no Brasil, Estados Unidos, Holanda e Peru.

⁴ Vale destacar que a percepção do público enquanto produtor de conteúdo vem antes da emergência do que convencionou-se chamar de novas mídias. Nos anos 1980, surge nos Estados Unidos o movimento Civic Journalism, também conhecido como jornalismo público ou jornalismo cívico (SANTOS, 2012), que busca revitalizar o modelo jornalístico ao retomar temas como democracia, cidadania, liberdade e direito à informação (DORNELLES, 2008: 123). Ele se aproxima de outro conceito, o jornalismo colaborativo, marcado pela inclusão do público na produção de notícias em uma rede de contribuidores (BRAMBILLA, 2013: 269).

⁵ Site: <http://infoamazonia.blogosfera.uol.com.br/>

⁶ Serviço jornalístico da Sociedad Peruana de Derecho Ambiental, associação civil sem fins lucrativos. Site: www.actualidadambiental.pe

⁷ Produtora brasileira de jornalismo investigativo sem fins lucrativos. Site: apublica.org

⁸ Agência de jornalismo independente sem fins lucrativos na Amazônia. Site: www.amazoniareal.com.br

As informações do *InfoAmazonia* são oriundas de satélites, dados de domínio público e relatos da sociedade civil. Entre os assuntos abordados estão água, áreas protegidas, biodiversidade, ciência, crime ambiental, desmatamento, estradas, hidrelétricas, gás, mineração, mudança do clima, queimadas, territórios indígenas, pecuária, petróleo, poluição e trabalho escravo. Dessa forma, a vigilância colaborativa do banco de dados enfoca, em grande medida, as violências ambientais sofridas pela floresta – sejam de ordem geográfica, política, biológica, histórica etc. Essas temáticas são ofertadas em análises visuais disponíveis para download e compartilhamento em português, inglês e espanhol.

A participação no banco de dados é instigada por algumas regras que remetem à construção de um contrato de leitura singular. O primeiro indício da proposição de um contrato de leitura pela plataforma se encontra na página inicial, onde há um convite ao cidadão na produção das narrativas. Ao clicar em “Envie um artigo”, o site disponibiliza duas opções: submeter um *url* de notícia ou enviar a sua própria história. Na primeira, são necessários o nome completo, e-mail, *url* da informação e a localização na Amazônia, que pode ser feita selecionando no próprio mapa ou manualmente escrevendo as coordenadas. Já na segunda opção, além dessas informações, solicita o nome do repórter da matéria, o título, o texto da notícia, imagem principal, data de publicação e notas para o editor do *InfoAmazonia*.

A própria titulação da seção, “participação cidadã”, à direita na página inicial¹⁷, e a seguinte convocação, “Atue para defender a Amazônia!”, mostram que o estímulo à participação cidadã em defesa da Amazônia é uma das principais características do contrato de leitura que emerge da construção do banco de dados. Dessa forma, o cidadão é encorajado a exercer esse papel de sujeito protagonista. Observa-se uma configuração de um enunciador pedagógico (VERÓN, 2004) ao buscar guiar o leitor no site, expondo logo de cara a possibilidade de contribuição com a plataforma e, ao mesmo tempo, um enunciador com forte caráter político ao convocar a participação na iniciativa com o uso de verbos de ação e exclamação. Por meio de enunciações singulares e identitárias do que concebe ser sua razão de existência, o *InfoAmazonia* cria seus vínculos com distintos campos sociais, com a mídia e os cidadãos.

Além disso, para estimular essa cogestão de uma cidadania de caráter ambiental, o *InfoAmazonia* realizou em março de 2015 oficinas com lideranças de seis comunidades ribeirinhas de Santarém, cinco na bacia do Amazonas (Pixuna do Tapará, Nova Vista do Ituí, São José do Ituí, Igarapé da Praia e Castela) e uma do Tapajós (Alter do Chão), no estado do Pará. O intuito era capacitar cidadãos no monitoramento da qualidade da água via tecnologias livres. Os voluntários fizeram um cadastro para serem monitores dos sensores de qualidade de água instalados em vinte comunidades. De cada análise, são observadas variáveis que, de modo integrado, podem inferir uma possível contaminação hídrica. Caso os indícios apontem para isso, uma análise laboratorial é realizada antes de ser emitido um alerta via SMS para aquela região.

A divulgação da constatação de algum problema prescinde a intermediação do *InfoAmazonia*, tanto no caso dessas comunidades no Pará quanto na participação direta no banco de dados, apontada

⁹ Projeto de diversas organizações sobre as montanhas andinas e a floresta amazônica. Site: <http://www.oeco.com.br/andesaguaamazonia/>.

¹⁰ Mais antiga revista de divulgação científica em circulação no Brasil. Site: <http://cienciahoje.uol.com.br/>

¹¹ Organização ambiental de atuação internacional com sede nos Estados Unidos. Site: www.findingspecies.org

¹² ONG com sede na Holanda de mais de mil blogueiros e tradutores de diversas partes do mundo que trabalham juntos na cobertura de blogs e de mídia cidadã, com ênfase nos temas preteridos pela mídia tradicional. Site: globalvoicesonline.org

¹³ Série especial da Agência Pública com o jornal Diário do Pará com perfis de dez mulheres ameaçadas de morte devido a sua luta pela terra e floresta no Pará. Site: <http://www.apublica.org/2013/07/marcadas-para-morrer/>

¹⁴ Site estadunidense de notícias sobre os temas ambientais. Site: www.mongabay.com

¹⁵ Site brasileiro de notícias ambientais da Associação O Eco. Site: <http://www.oeco.com.br/amazoniacienciahoje.uol>

anteriormente. Assim, os cidadãos atuam como fontes primárias no monitoramento. Contudo, no banco de dados não é possível visualizar o nome do participante que submeteu uma notícia ou relatou a sua própria história no site. Todas informações enviadas por cidadãos ou jornalistas vão para uma layer nomeada 'submitted news'¹⁸.

Referente aos mapas interativos sobre as problemáticas da Amazônia, destacam-se operações discursivas que visam a diminuição de uma complexidade inerente da temática científica, mais precisamente dos assuntos ambientais. Dessa forma, o enunciador efetua nessa vigilância ambiental uma necessária simplificação por meio das ferramentas da plataforma para que as informações sejam facilmente compreendidas, caso dos infográficos interativos. Portanto, podemos sublinhar a transparência (VERÓN, 2004) utilizada nas ofertas como também uma estratégia convidativa ao destinatário para que este não se sinta intimidado com a linguagem nos discursos do suporte ou mesmo com a estruturação da ferramenta.

Por fim, apontamos que a construção do dispositivo de enunciação – em que há a projeção da imagem de quem seria o destinatário – por parte do banco de dados *InfoAmazonia* possui inicialmente preocupação pela causa ambiental, mais especificamente com a floresta amazônica. Além disso, tendencialmente será um sujeito midiaticizado imerso nas práticas e lógicas possibilitadas pela recente conjuntura sócio-técnica discursiva.

Por outro lado, reconhece-se que este não é um especialista em coleta de complexos dados de satélites ao canalizar a possibilidade de participação de maneira simplificadora, dada a multiplicidade de informações nas estruturas de armazenamento de dados, ao mesmo tempo em que essa mesma estratégia visa facilitar a adesão de possíveis novos contribuidores na vigilância colaborativa da Amazônia, esquema possibilitado pela conjuntura da sociedade em vias de midiaticização.

CONSIDERAÇÕES PONTUAIS

Os processos de midiaticização incidem em imbricações entre os campos midiático e ambiental e seus agentes sociais que fazem parte dessas processualidades. Com mútuas afetações e tensionamentos, os temas ecológicos se deslocam de uma perspectiva marginalizada na sociedade para assumir uma postura global, holística, midiaticizada e perpassada pela ação de coletivos que constituem-se para defender a Amazônia. A proliferação de dispositivos tecnológicos acentua a manifestação dessa ambiência sócio-técnica discursiva.

O caso do *InfoAmazonia* ilustra essa dinâmica ao evidenciar as transformações contínuas proporcionadas pela processualidade da midiaticização na construção do banco de dados sobre as problemáticas da floresta amazônica. Dada a horizontalidade possível no processo produtivo, apresenta ainda um receptor que, ao ser tomado por essas lógicas de midiaticização, mais especificamente pelas narrativas da plataforma, torna-se um também emissor de conteúdo inserido nesse coletivo de colaboradores.

Em outras palavras, o contrato de leitura (VERÓN, 2004) construído pelo *InfoAmazonia* se caracteriza pela legitimação de um sujeito

com.br/

¹⁶ ONG brasileira voltada à reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Site: reporterbrasil.org.br

¹⁷ Constatação na última visita ao site, no dia 13 de março de 2016.

¹⁸ A nossa hipótese é que, por ser uma região com números assustadores de mortes de ativistas, os editores preferiram preservar a identidade dessas pessoas. Vale lembrar que há dez anos o mundo perdia a perseverante missionária Dorothy Stang, assassinada covardemente por pistoleiros a serviço de grileiros em Anapu, no sudoeste do Pará.

protagonista, cogestor na vigilância colaborativa da Amazônia. Desse modo, se os saberes disciplinares no contexto histórico de conceituação dos campos sociais estavam direcionados a uma inacessibilidade aos sujeitos externos dos corpos sociais especializados (RODRIGUES, 1999: 29), com a potencialização da midiatização (FAUSTO NETO, 2006, 2008), a descentralização do polo emissor e a proliferação de dispositivos tecnológicos da atual conjuntura se desencadeia um processo de especialização do saber por parte daqueles que eram considerados leigos na sociedade.

No caso específico do InfoAmazonia, essa dinâmica se explicita no caráter colaborativo que se dá entre cidadãos, jornalistas e instituições, os quais não necessariamente possuem a outorga oficial para responder sobre essas questões, porém as publicitam e as conferem visibilidade através de lógicas, operações e estratégias tipicamente midiáticas, sistemática que germina um saber ambiental em sociedade. Além disso, embora o banco de dados seja uma resposta contra-hegemônica aos grandes conglomerados midiáticos que, enraizados em uma estrutura mercadológica, não conseguem abordar a complexidade da causa ambiental, deve-se pensar essa proposta para além da euforia de uma abordagem estritamente tecnológica.

Portanto, em vez de reduzir o social através da técnica, a potencialização da midiatização tensiona as processualidades semânticas nas sociedades contemporâneas de modo que essas dinâmicas intercorrem em operacionalidades de modo relacional e, ao mesmo tempo, de forma transversal. Por fim, como visto no caso específico desse trabalho, essas complexas imbricações proporcionam iniciativas de caráter aberto e subversivo que visam a monitoria cidadã de temas caros na contemporaneidade, como as transformações da floresta Amazônia na sua compreensão transnacional.

REFERÊNCIAS

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio (org.). *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

BOUTAUD, Jean-Jacques; VERÓN, Eliseo. *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, Hermès Science, 2007.

BRAMBILLA, Ana. Jornalismo colaborativo nas redes sociais: peculiaridades e transformações de um modelo transformador. In: PRIMO, Alex (org.). *Interações em rede*. Porto Alegre, Sulina, 2013. p. 257-270.

CANCLINI, Nestór García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

COLOMBO, Macri Elaine. Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação, Caxias do Sul/RS, 2010.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. *Brazilian Journalism Research*, v. 1, n. 1, p. 121-131, semestre 2-2008. Disponível em: <<http://goo.gl/mMB2YN>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

FAUSTO NETO, Antonio. Mídia-tização - prática social, prática de sentido. In: *Compós*. Bauru, 2006. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_544.pdf

_____. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. In: *Diálogos Possíveis*, julho/dezembro 2007. Disponível em: www.fsba.edu.br/dialogospossiveis

_____. Fragmentos de uma “analítica” da mídia-tização. *Revista Matrizes*. São Paulo: ECA/USP, ano 1, nº 1, 2008, pp. 89-105. Disponível em: http://www.usp.br/matrizes/img/02/Dossie5_fau.pdf

_____. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra (Org.). *Mediatización, Sociedad y Sentido: Diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosário: Departamento de Ciencias de la Comunicación - UNR, v. 1, 2010, p. 2-17.

FLÔRES, Vinícius; MAZZARINO, Jane. Rio+20 e jornalismo ambiental: análise discursiva do tema Economia Verde nos jornais Le Monde e Folha de S.Paulo. *Razón y Palabra*, Monterrey, México, nº 89, 2015.

_____; BORELLI, Viviane. Sociedade midiaticizada: InfoAmazonia e a descentralização da emissão. In: *Alcar 2015 - 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

FONSECA, André Azevedo. Água de uma fonte só: A magnitude do problema em uma experiência concreta. In: Vilas Boas, Sergio (org.). *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

FROME, Michael. *Green Ink: Uma Introdução ao Jornalismo Ambiental*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GERAQUE, Eduardo. Perceber a biodiversidade: Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: Vilas Boas, Sergio (org.). *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 343p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura*. Lisboa: Presença,

1994.

_____. Experiência, modernidade e campo dos media. *Biblioteca On Line de de Ciências da Comunicação*. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves dos. A importância do jornalismo de qualidade da redução de riscos e desastres. *Razón y Palabra*, Monterrey, México, n. 79, mai/jul 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/Ub6N90>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SCHARF, Regina. Verde como dinheiro: Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: Vilas Boas, Sergio (org.). *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

TAUTZ, Carlos. Oxigênio para a energia: Entenda a ideia de um “jornalismo para o desenvolvimento”. In: Vilas Boas, Sergio (org.). *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

VERON, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. In: *Revista Diálogos de la Comunicación*, n.48, Lima: Felafacs, 1997.

_____. *Fragments de um tecido*. EdUnisinos, 2004.